

# O SAGRADO E O PROFANO

\*\*\*

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

## HISTÓRIA... QUE HISTÓRIA?

### Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional

Em 1959 iniciei-me, por assim dizer, na História Local e Regional. Pondo em prática o programa de História da reforma de 1947/48 — que constituiu, apesar de tudo, no Portugal salazarista, um significativo avanço na estrutura do ensino liceal — o Dr. Alberto Martins de Carvalho, um dos mais insignes pedagogos que tive a felicidade de conhecer, orientou-nos a nós, alunos do então 7.º ano do Liceu D. João III (hoje Escola Secundária José Falcão), para a elaboração de um pequeno trabalho de pesquisa histórica. Escolhi o mosteiro de Lorvão, por ser relativamente próximo do lugar onde habitava. Ainda hoje guardo religiosamente o manuscrito desse trabalho, que às vezes leio a sorrir. O certo, porém, é que, na sua ingenuidade, constituiu a minha primeira tentativa de investigação histórica. Por isso, e por muito mais, nunca esqueci o velho Mestre que me incitou a realizá-lo. Recordo-me, para além da bibliografia que consultei, como então percorri os caminhos até Lorvão, como interroguei as populações sobre as suas tradições e costumes, lembro-me das longas conversas que tive com o padre da freguesia, conhecedor dos problemas do mosteiro, e até de algumas «pesquisas arqueológicas» que efectuei com uns amigos na região...

Depois disso, só episódica e indirectamente regressei à História Local e Regional, pois nem sequer os estudos de Arqueologia — não era ainda professor Jorge Alarcão e Bairrão Oleiro já tinha seguido para Lisboa — me fizeram sair das salas da Faculdade para um trabalho de campo. Virando-me para a via da história da cultura, fui orientado na minha dissertação de licenciatura pelo Professor Silva Dias. Trabalhei sobre o tradicionalismo e a contra-revolução do século XIX, o que me levou ao interior da Beira onde, no local, e mais precisamente em Sernancelhe (terra de Ribeiro Saraiva e da família paterna de Gama e Castro), procurei elementos — com a ajuda do Padre António Cândido de Lemos Azevedo — para compreender o processo de gestação do pensamento e da acção absolutista. M'as, mais do que isso, esses anos de 1965 e 1966 geraram o convívio com o Mestre a quem devo, em grande parte, a minha orientação de historiador.

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O Professor Silva Dias não é um investigador de História Local e Regional, mas, pelos seus trabalhos e pelos seus conselhos, conduziu-me sempre ao esforço de integração da história das ideias no espaço social, que é na verdade o espaço nacional, institucional, local e regional.

Nunca entendi, portanto, a história fora da dimensão espacial e o conhecimento das realidades concretas foram para mim sempre motivo de investigação ou de simples curiosidade. Quer fossem as realidades da etnia balanta da Guiné, que procurei estudar num trabalho frustrado de pesquisa etno-histórica — vicissitudes da Guerra Colonial, que ali me levou, não possibilitaram a sua finalização —, quer a arte integrada nas regiões e nos locais respectivos, para que me orientou, em várias digressões pelo país, o Professor Nogueira Gonçalves, quer as realidades da «cultura popular» veiculada pelo aparelho ideológico do Estado Salazarista. Neste caso, em colaboração com o meu colega Amadeu Carvalho Homem, e o apoio de uma aluna de História e do pessoal da Casa do Povo de Souselas, escrevemos um pequeno artigo, que pelo menos tem como virtude o levantamento dos espécimes existentes na biblioteca dessa instituição, que de outro modo se poderiam ter perdido. Finalmente, a minha última área de pesquisa, o estudo da Universidade no período liberal, tem-me conduzido à análise da instituição, na sua perspectiva social, política e cultural, e à sua integração num espaço urbano, regional e nacional.

Não sendo, portanto, um historiador de História Local e Regional não deixei nunca de me interessar pelo tema, até porque o contacto com os alunos e com os meus colegas do ensino básico e secundário, em muitas conferências realizadas em várias escolas do país, me colocou perante diversos problemas nesse âmbito, tendo sempre procurado incitá-los ao seu estudo. Assim sucedeu, por exemplo, com David Augusto Canelo, que acaba agora de publicar em Belmonte a 2.<sup>a</sup> edição do seu livro, *Os últimos crypto judeus em Portugal*, cujas primeiras pesquisas se iniciaram quando estudante em Coimbra e que fui depois seguindo, na medida do possível.

Por isso foi com o maior agrado que aceitei participar no Colóquio de História Local e Regional organizado pelo Instituto Politécnico de Viseu, através da sua Escola Superior de Educação, apresentando uma comunicação introdutória. O contacto recente no Brasil — depois de ter recebido o referido convite — com o «projecto Canudos», em vias de realização pela Universidade do Estado da Bahia, fez-me interessar ainda mais pelo tema. Não conheci o sertão de Canudos, porém, graças às informações de Yara Ataíde Bandeira e às coloridas narrativas de Renato Ferraz — verdadeiro sertanejo, que me fez regressar às ricas recordações das minhas leituras de Jorge Amado, com quem aprendi (e com Guilhermino César, meu professor de História do Brasil) a amar, sem os conhecer, o Nordeste e outras terras brasileiras — consegui «ver» a comunidade de António Conselheiro, que se revoltou contra o Poder em fins do século XIX e, sobretudo, aperceber-me do interesse do «projecto» da U. N. E. B., que pode vir a transformar-se num verdadeiro paradigma no âmbito da História Local e Regional.

Porque não sou um especialista, terão de se entender estas reflexões como simplesmente vestibulares ao tema, que depois foi analisado no colóquio, em áreas diversas, por outros investigadores. São apenas algumas considerações críticas sobre a História. De resto, elas foram elaboradas somente com o sentido de questionar os participantes do colóquio e têm, pois, essencialmente, um sentido dialogante.

Ao publicar esta comunicação, que foi, portanto, apresentada em Lamego, no 1.<sup>o</sup> Encontro de História Local e Regional, que ali se

### *História... Que História?*

iniciou em 8 e 9 de Julho de 1987, prolongando-se depois por Mangualde e Viseu, aproveitou para homenagear o Professor Silva Dias. Acostumei-me com o ilustre Mestre, e muitas vezes em discordância com ele, a debater o sentido da História. Por isso creio que nenhum trabalho se ajustaria melhor do que este a semelhante objectivo. E aue estas evocações pessoais, que aqui deixo como intróito, ajudem a dar mais vida a estas reflexões, pois o Professor Silva Dias, à maneira de Marc Bloch, sempre me ensinou a História como uma ciência viva e nunca como «antiguidade».

1. Como professor de Teoria da História há alguns anos, interessado em interrogar-me constantemente sobre o sentido da História que os outros fazem (e que eu faço) — num salutar esforço de crítica e de autocrítica —, bem como sobre a História que se ensina e também sobre o surto de realizações 0), que hoje atinge um significado sensível, abertas à análise da realidade histórica ou à defesa do Património (revistas, colóquios, associações diversas, etc.), pergunto-me agora: porauê o surgir repentino, quase simultâneo, de vários colóquios de História Local e Regional (no mês de Julho de 1987 em Lamego-Mangualde-Viseu, em Setembro na cidade de Portalegre, em Santarém no mês de Novembro...)? Trata-se, talvez na sua aparência de falsa questão, de um problema complexo, para o qual é possível aduzir explicações de carácter «regionalista», institucional e científico.

Na verdade, creio que tal facto deve-se, em boa parte, ao importante significado que as regiões passaram a ter no contexto do país — este é um dos aspectos mais interessantes das transformações verificadas depois do 25 de Abril —, de onde o seu desejo de se conhecerem melhor e de dinamizarem os seus próprios movimentos culturais. Mas, não deixa também de resultar da intenção de as novas instituições de ensino e cultura se afirmarem, até porque constituem organismos que têm sido objecto de alguma polémica. Refiro-me aos Institutos Politécnicos e às Escolas Superiores de Educação, organizadores dos referidos colóquios. Entendo, todavia, que há outras razões de natureza mais profunda (e até em certa medida inconsciente) que explicam também esta movimentação em prol da História Local e Regional. Trata-se da noção que hoje se tem de História, quer seja ela encarada no seu

0) Vide as minhas recentes reflexões «O lugar da História, o lugar do Historiador, o lugar do Professor de História», *Boletim da Associação de Professores de História*, n.º 2 (II série), 1986-1987, pp. 15-26, e «Actualidade e actualização da História Política», apresentação ao livro de Rui Bebiano, *D. João V. Poder e espectáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987, pp. 7-17.

espaço de «memória colectiva» quer seja vista numa perspectiva propriamente «científica», englobando aqui não somente a «ciência histórica» *tout court*, mas também a história que se ensina e se aprende, a qual se deverá aproximar o mais possível da «ciência». Analisemos esta hipótese explicativa com um pouco mais de atenção.

2. Pode dizer-se que se tem vivido neste século um tempo de dinamização da História, que levou a um apelo veemente à sua transformação, assim como à contestação de uma historiografia «tradicional». Como é sabido, porque tem sido dito e redito, a uma história «política» («acontecimental»), «cronológica» e «individual» — recordem-se os «três ídolos» que, segundo François Simiand, deveriam ser abatidos <sup>(2)</sup> — opôs-se uma «história social», «total», «estrutural», que procurou sobretudo analisar a economia, a sociedade, a mentalidade, que valorizou especialmente os «tempos longos», em detrimento dos «tempos curtos». Surgiu assim uma «história material», não exactamente em sentido marxista (apesar da influência do marxismo), mas no sentido de que a História se deve explicar nas suas realidades concretas e profundas, que abrangem não só os mecanismos económicos e sociais, geradores de hierarquias de poder, mas também os costumes, os hábitos, as necessidades, as crenças, o «quotidiano», enfim tudo o que está para além do que «aparece ao de cima» (o «político» e o «cultural» em acepções tradicionais). Daqui a interdisciplinaridade metodológica e a importância que para a História têm hoje os modelos explicativos da Economia, da Sociologia, da Antropologia, etc.

Neste contexto, que tem sido apresentado como tipicamente francês, foram surgindo as novas revistas — a *Revue de Synthèse Historique* (1900) e os *Annales* (1929) são os casos significativos — e os «monstros sagrados» de uma história que se tem auto-afirmado como «nova» («Histoire Nouvelle»), tais como Marc Bloch, Lucien Fèbvre Fernand Braudel e, mais recentemente, Pierre Goubert, Philippe Ariès, Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Michel Foucault, etc. E foram despontando as obras clássicas da historiografia francesa, tais como *Les caractères originaux de V histoire rurale française* (1931) e *La Société féodale* (1936), de Marc Bloch, *Un destin, Marthin*

(2) «Méthode historique et science sociale», publicado pela primeira vez na *Revue de Synthèse Historique* em 1903 e depois reeditado nos *Annales* em 1960.

### *História... Que História?*

*Luther* (1928) e *Le problème de Yincroyance au XVI<sup>e</sup> siècle: la religion de Rabelais* (1942), de Lucien Fèbvre, *La crise de Véconomie française à La fin de Y Ancien Régime et au début de la Révolution* (1944), de Ernest Labrousse, *Mediterranée et le monde méditerranéen à Yépoque de Philippe II* (1949) e *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme du XV<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle* (1979), de Braudel, *U enfant et la vie familiale dans la France de Y Ancien Régime* (1960) de Ariès, *Folie et déraison. Histoire de la folie à Y âge classique* (1961), de Foucault, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII<sup>e</sup> siècle* (1971) e *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort, XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles* (1974) de Vovelle, *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324* (1975) de Ladurie... Estudam-se os grandes espaços (mas também os pequenos espaços), os «tempos longos», as estruturas e os ritmos económicos, sociais e mentais, a vida quotidiana, os costumes, a morte, os nascimentos, os climas, etc. Alargam-se os campos de investigação, os aparelhos conceptuais, os instrumentos de apoio metodológico (a informática, por exemplo, entrou definitivamente no campo do método histórico)...

Mas todo este esforço renovador não poderia verificar-se sem o apoio de obras de ideologia científica, primeiro de combate contra a «tradição» e, depois, de defesa do espaço ocupado, transformando a «História Nova» numa quase «instituição». Desde a *Apologie pour Yhistoire* de Bloch e os *Combats pour Y Histoire* de Fèbvre, ao *Faire de YHistoire* (1974) . dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, à *La Nouvelle Histoire* (1978), com direcção do mesmo Le Goff e também de Roger Chartier e Jacques Revel, ou ao recente livro de Marc Ferro, *VHistoire sous surveillance* (1985), há um conjunto numeroso de estudos de reflexão epistemológica que pretendem apresentar, e até impor, um certo tipo de História,, podendo levar-nos mesmo à ideia que se trata de um «sistema científico»

Portanto, para além do aspecto dinamizador e renovador da História deste movimento, que teve a França como polo — quer devido ao relevo conferido ali às ciências sociais, e assim à História, quer à convicção da sua importância cultural e, assim, à sua força difusora, que tem chegado a assumir o sentido de um verdadeiro «nacionalismo cultural» e mesmo de uma autêntica «colonização» — há que ter em conta aspectos «estratégicos» e «ideológicos». A «História Nova» acabou por ser apresentada em termos de novidade absoluta, como se 1928 — no dizer de Hervé Coutau-Bégarie, que foi quem melhor desmontou os seus mecanismos de avanço

e de defesa <sup>(3)</sup> — fosse o ano zero da História, pois tudo começaria no ano seguinte com os *Annales*, como se existisse uma oposição total da História realizada por esse movimento a uma história anterior, considerada pejorativamente como «positivista», que tivera o seu método definido na obra metodológica de Langlois e Seignobos do fim do século XIX <sup>(4)</sup>, e como se os seus antecessores tivessem sido apenas ilustres historiadores e intelectuais franceses, dos quais se destacam Voltaire, Chateaubriand, Michelet e Henri Berr.

Neste sentido, para além do reconhecimento da notável força renovadora deste movimento, há que nos interrogarmos sobre o sentido negativo da sua acção «ideológica», não portanto para o contestar, mas sim para o apreciarmos em toda a sua complexidade.

Na verdade, no seu processo de «reprodução», a «História Nova» (continuemos a utilizar esta expressão convencional, ainda que o seu emprego já suponha uma certa carga ideológica) criou a tendência para se estabelecer uma simplista oposição relativamente à chamada «História Positivista» (outra expressão convencional de cunho ideológico), desvalorizando assim — talvez de forma injusta — os esforços de rigor da «escola metódica», subalternizando exageradamente os factos, os indivíduos e a cronologia (que deveriam sim ser reperspectivados) e relegando mesmo para um segundo plano a história política e a história cultural (que precisavam sim de ser reequacionadas). Pode, pois, dizer-se que a lógica argumentação de ataque dos primeiros historiadores do movimento renovador da História contra uma história tradicional foi considerada à letra, perdendo-se o sentido da relatividade e da oportunidade dos seus argumentos, produzidos numa dada situação conjuntural. De resto, é evidente hoje o esforço dos «novos historiadores» para mostrarem que, apesar de tudo, não se pode perder de vista a linearidade cronológica, que os acontecimentos e os indivíduos devem ser alvo de novas reflexões e que a história política tem de ser valorizada e repensada.

Por outro lado, a abertura das áreas de investigação histórica, criando a ideia de que, no dizer de Paul Veyne,

<sup>(3)</sup> Cfr. *Le phénomène «Nouvelle Histoire». Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica, 1983, p. 296.

<sup>(4)</sup> Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

### *Histeria... Que História?*

«tudo é História» <sup>(5)</sup>, aliada à importância hoje conferida à divulgação e ainda a certas considerações da terceira geração da «Nova História», geralmente mal digeridas na sua leitura, de que não é possível entender a História como uma ciência ou de que a objectividade histórica não existe, pode criar a noção de que todos podem ser historiadores e a ideia de que a História deve ser valorizada não tanto pelo rigor e pela densidade da análise mas sim pelo discurso de fácil acesso ou pela temática «vulgar» que agora pode ser objecto do seu estudo. De resto, não se fez mais do que agravar a já natural tendência para conceber a história como uma arte erudita, de «cultura geral», e para conceber o historiador como um «curioso» de formação diversificada, contra o que a «escola metódica» havia lutado com a sua ânsia de tornar a História como uma «ciência de rigor» e o historiador como um «profissional».

Mas, na prática, o ponto mais negativo de todo o processo de influência da «História Nova» — conjugado com os excessos (e não com a sua utilização correcta e criteriosa) da «Pedagogia Nova» ou «Pedagogia Activa» com a divulgação e saturação do emprego dos meios audiovisuais e com um certo imperialismo pedagogo (a que chamo «pan-pedagogismo»), à custa de uma sólida formação científica, que deveria constituir o primeiro objectivo da educação — consiste na transferência acrítica, e mesmo «modista», das novas concepções historiográficas para o campo do ensino. De onde um conhecimento fraccionado da realidade e a consequente perda da «memória histórica», como foi verificado em França através do «relatório Girault», que veio comprovar através de testes e estatísticas que as datas, as personagens e os acontecimentos eram apenas conhecidos por cerca de 1/3 do universo inquirido <sup>(6)</sup>. Aliás, os próprios «novos historiadores» — como Jacques Le Goff — têm chamado a atenção para os erros dessa transferência e para os perigos dos seus resultados <sup>(7)</sup>.

Para nos aproximarmos agora mais do problema que me propus analisar poderei perguntar: Será que este movi-

<sup>(5)</sup> *Comment on écrit l'histoire* (1.<sup>a</sup> ed. 1971), tradução portuguesa dessa edição, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983, sobretudo Parte I, cap. II.

<sup>(6)</sup> Cfr. René Girault, *l'histoire et la géographie en question*, Paris, Ministère de l'Éducation Nationale, 1983, p. 125.

<sup>(7)</sup> Cfr. *Le Nouvelle Observateur*, 9 a 15 de Setembro de 1983.



mento renovador se verificou em Portugal? E como se deu essa renovação? A influência francesa foi nesse sentido determinante? E que se passou ao nível do ensino da História?

Em primeiro lugar, parece-me fundamental desfazer um equívoco. O movimento de renovação da História se tem uma maior força em França no presente século, onde atingiu a sua peculiaridade, ultrapassa largamente esta estrita noção espacial e temporal. No nosso país é possível encontrar em Herculano — para não falarmos nos historiadores saídos do Iluminismo, como Pascoal de Melo Freire ou João Pedro Ribeiro — intenções historiográficas renovadoras ou páginas de um verdadeiro apelo a uma «nova história». Apenas como exemplo, fixemo-nos neste passo da carta IV das *Cartas sobre a História de Portugal* em que Herculano se refere aos antigos textos de história:

«Em nenhum deles se apercebe, ao menos de leve, por entre as averiguações de datas, por entre as descrições de batalhas ou de triunfos, de noivados ou de saimentos de grandes e senhores, que ao lado disso, e dando individualmente gesto e cor a esses mesmos factos pessoais, passaram gerações com costumes, crenças e instituições diversas ou antes opostas em grande parte às nossas; que dessa sociedade, desses homens, na sucessão das eras e da natureza, veio a sociedade moderna, veio a geração actual; que para existir a espantosa diferença de aspecto, que há entre o presente e os tempos primitivos, foram necessárias grandes revoluções na índole social da nação» (8).

A partir daí e durante as últimas décadas do século XIX e primeiras desta centúria a nossa historiografia conhece um notável dinamismo: Rebelo da Silva, Oliveira Martins, Luz Soriano, Latino Coelho, José de Arriaga, Teófilo Braga, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Gama Barros, Lúcio de Azevedo, António Baião são alguns dos muitos nomes que podem ser citados; *O Arquéologo Português*, de José Leite de Vasconcelos, o *Arquivo Histórico Português*, de Anselmo Braamcamp Freire, a *Revista de História* de Fidelino de Figueiredo, são exemplo de publicações reveladoras dessa ânsia dinamizadora. É certo que nem todos esses historiadores ou intelectuais interessados pela História têm a mesma valia nem o mesmo significado metodológico; é verdade que em alguns deles é bem evidente uma marcada orientação ideológica e em outros o sentido

(8) Cfr. *Alexandre Herculano. Estudos históricos, controvérsias, dispersos e fragmentos*. Edição crítica, organização e notas de Jorge Custódio, Lisboa, Cooperativa Editora, pp. 136-137.

### *História... Que História?*

do rigor arquivístico ou da erudição tradicional; mas também é certo que é possível encontrar neste movimento difuso linhas renovadoras. Assim, sem grande esforço e sem a menor distorção, encontramos — como o notou Magalhães Godinho <sup>(9)</sup> — nalguns desses historiadores uma visão polifacetada e integral da sociedade, uma noção de História enquadrada no plano amplo das ciências sociais. E se lermos *O Espírito Histórico* (1914), de Fidelino de Figueiredo, verificaremos que está presente na sua teorização da História, uma significativa actualidade de conceitos e orientações, ainda que numa perspectiva «idealista». Com efeito, vemo-lo citar Henri Berr e a *Revue de Synthèse Historique*, pugnar por uma análise científica em ligação com «um espírito sintético e filosófico», referir a importância do pensamento de Marx e da discussão por ele originada, dar à História um sentido «social», embora fugindo das perspectivas sociologizantes e normativas do positivismo filosófico e só aceitando criticamente a célebre noção de Michelet de que a História é a «ressurreição integral do Passado», procurar a «objectividade», aceitando comedidamente as posições de Benedetto Croce de que «a História é sempre a história contemporânea», opor-se (também segundo Croce) a uma historiografia «factual» <sup>(10)</sup>. Para que fique bem expressa esta ideia, leiamos, como ponto final a seguinte afirmação de Fidelino:

«A história, tal como a praticam os eruditos partidários da curiosidade anedótica, será semelhante à catalogação de uma biblioteca, multidão imensa de verbetes, cada um representando um livro ou parte de um livro, mas não prestará sequer os serviços que esse inventário quotidianamente presta. Não há história sem interpretação que organize os factos, condensando-os, simplificando-os, quaisquer que sejam os fundamentos dessa organização interpretadora» <sup>(11)</sup>.

Portanto, parece-me indubitável que em Portugal, como noutros países, se experimentou também um movimento de renovação historiográfica na passagem do século XIX para o século XX, só que não teve a mesma força e a mesma tipicidade do movimento francês e, sobretudo, foi abruptamente interrompido com o Salazarismo. Não quero com isto dizer que a nossa historiografia tenha perdido todo o interesse <sup>(\*)</sup>

(\*) Cfr. *Ensaios*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 230 e ss.

<sup>(10)</sup> *O espírito histórico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920 (1.ª ed. 1914), *passim*.

<sup>(11)</sup> *Ob. cit.*, pp. 67-68.

durante os decénios do consulado de Salazar. O que pretendo afirmar é que todo o debate historiográfico, em termos metodológicos e teóricos, quase se extinguiu e, assim, a nossa História viu-se pouco mais que confinada ao seu espaço «oficial» que, no âmbito universitário e não universitário, é marcado pela presença quase exclusiva do «positivismo» ou/e do «nacionalismo». Damião Peres será por certo o exemplo mais nítido do primeiro e João Ameal do segundo.

O movimento renovador da História só se opera em Portugal com maior impacto, apesar da originalidade da historiografia de Jaime Cortesão e Duarte Leite e da importância do ensaísmo de António Sérgio, na passagem dos anos 50 para os anos 60, isto é, nos inícios da crise do Estado Novo. Assim, surge-nos uma historiografia com a marca da «História Nova» e com evidentes influências de Bloch e Braudel

— a obra editada em França de Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, é de 1955, sendo já publicada em Portugal, a partir de 1969, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, ao passo que o livro de Oliveira Marques *A sociedade medieval portuguesa (Aspectos de vida quotidiana)* surge em 1964 —, com uma clara dominante marxista

— a *História da Cultura em Portugal*, de António José Saraiva, surge a partir de 1950, sendo do final da década o seu primeiro e polémico ensaio sobre a Inquisição —, ou assumindo uma linha de renovação, sem claras influências de escolas, mas nem por isso menos profunda — a obra clássica de Borges de Macedo, que vem na continuação dos estudos de história económica de Virgínia Rau, *A situação económica no tempo de Pombal*, é de 1951, e data do ano seguinte a primeira obra de Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia*, que procurou renovar, na sequência de Joaquim de Carvalho e Hernâni Cidade, a história da cultura, à qual deu uma perspectiva social. O *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão e editado pela primeira vez em 1972, é, por assim dizer, o encontro das várias correntes da nova historiografia portuguesa, às quais também se juntou uma historiografia mais de cunho tradicional, mas nem por isso de pequeno significado, que continuou a povoar o nosso espaço científico, sobretudo no âmbito da Universidade.

A partir daí, e sobretudo depois de 74, o movimento renovador da História, com a sua dialéctica, penetrou no seio da historiografia universitária e não universitária, provocando, apesar das naturais limitações do nosso espaço cultural, uma significativa dinamização científica e proporcionando hoje um surto de publicações e revistas que é sem dúvida notório.

### *História... Que História?*

E esse movimento renovador é de tal forma importante no domínio psicológico que quase nenhum historiador — por antiquados que sejam os seus métodos e as suas concepções — se deseja assumir como um historiador tradicional, ou tão só como «um historiador», pretendendo alinhar-se, de um modo ou de outro, no contexto de uma «História Nova».

A influência dessa renovação tem-se operado também, de modo singular e expressivo, ao nível do ensino. Se tal se verifica no ensino universitário — apesar das dificuldades de penetração de novos conceitos científicos e pedagógicos no âmbito de uma instituição com a força tradicional da Universidade e também porque tais conceitos são aqui naturalmente recebidos com maior sentido crítico e menos como «modas» que é necessário seguir —, de onde as modificações curriculares, os conteúdos programáticos das disciplinas e os temas das dissertações que se têm realizado, ainda essa influência é mais sensível no ensino básico e no ensino secundário. Analisando os programas e os compêndios que servem de guia ao ensino, facilmente se verifica isso, podendo nós dizer que se nota nesta área uma significativa influência científica e pedagógica da «História Nova», a par de uma forte reprodução ideológica de consequências menos positivas.

Anotando alguns aspectos concretos dessas influências, começemos por salientar que com a tendência para a integração da História na área dos Estudos Sociais (numa visão, quase diríamos, neo-positivista) dá-se uma subvalorização ou quase desaparecimento da História do ensino «primário» (ou primeiros anos do ensino básico), enquanto no ensino «preparatório» (ou no 5.º e 6.º ano do ensino básico) se ministra uma visão estratificada da História de Portugal, que origina necessariamente uma subalternização do conhecimento do curso cronológico, dos factos e dos indivíduos.

De resto, os «novos programas» — sempre em constante remodelação, numa ânsia de novidade científica e pedagógica — têm em conta novos conceitos, novos temas e novas periodizações. Assim, divulga-se o conceito braudeliano de «complexo histórico-geográfico», estuda-se a história através de grandes unidades de tempo de tipo essencialmente «social», optando desta forma pelo conceito, também tão caro a Braudel, dos «tempos longos», analisam-se os costumes, as técnicas, o quotidiano, a vida «material» das sociedades e, no ano terminal do ensino secundário, que é por assim dizer um ano vestibular para a entrada na Universidade, ensinam-se temas de carácter exclusivamente «estrutural» e de tipo exclusivamente económico-social (tendências longas da economia e da

demografia), ao mesmo tempo que se acentuam as virtudes da «História Nova» por oposição à «História Positivista».

Desta forma, apesar do sentido inovador do ensino, acentuado, aliás, pela força, pelo menos no domínio teórico, da «pedagogia activa» — com o seu recurso à estratégia pedagógica dos «objectivos», aos meios audiovisuais, à leitura de documentos, ao conhecimento da história circundante e aos trabalhos individuais e de grupo — verifica-se facilmente que se confere uma menor atenção a uma certa erudição histórica necessária, de que faz parte o conhecimento da localização cronológica e o reconhecimento de alguns factos e indivíduos de importância fundamental, o que contribuirá certamente para a perda da «memória histórica nacional» (ainda que nenhum «relatório Girault» o tivesse cientificamente testado). Por outro lado, é evidente a sobrevalorização da história económica e social em prejuízo da história política e cultural, assim como se verifica — em parte por isso — a relativa pequena importância conferida a certos fenómenos que, despojados da sua autonomia e apenas integrados num processo de desenvolvimento histórico, são analisados com pouca profundidade. É o que sucede, para citar dois exemplos fundamentais, com a Revolução Francesa e com a Inquisição em Portugal, em que a primeira é tratada apenas como «elemento» no processo de desagregação do Antigo Regime e a segunda somente abordada como arma da Contra-Reforma contra uma «nova visão do mundo» (12). Finalmente, é indubitável que todo o processo de ensino corre o risco de estabelecer uma oposição maniqueia da «História Nova» à «História Positivista», criando a ideia de que esta — esquecendo-se, assim, o rigor metodológico que a «escola metódica» procurou impor e a importância que constituiu a sua presença, como etapa de desenvolvimento da história moderna — só deve ter como lugar o cesto dos papéis velhos e inúteis.

Penso que é já chegado o momento de procurar responder directamente à questão inicialmente colocada: quais as razões científicas (em sentido lato) que poderão explicar este surto de colóquios de História Local e Regional?

(12) Vide os nossos artigos, de próxima publicação, «A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal», *Revista de História das Ideias*, n.º 10, 1988 («A Revolução Francesa e a Península Ibérica», Actas do colóquio efectuado em Coimbra de 4 a 6 de Março de 1987) e «Inquisição, Ideologia e História», a sair nas actas do Congresso Internacional sobre a Inquisição, realizado em São Paulo, de 20 a 23 de Maio de 1987.

### *História... Que História?*

Julgo que, por um lado, toda esta dinâmica de renovação da ciência histórica que se verificou também em Portugal teria necessariamente de provocar o desejo de conhecer a realidade que nos cerca — não apenas os monumentos (no sentido usual do termo) e os acontecimentos ocorridos na nossa região e na nossa localidade, mas também os fenómenos de mentalidade, os usos, os costumes, as crenças, o quotidiano. Poder-se-á pensar em Ladurie neste encontro com a etno-história, mas deve recordar-se que Leite de Vasconcelos, entre outros, criou em Portugal, há muito tempo, as raízes desta análise

Mas há, por outro lado, segundo cremos, outra razão que envolve a influência da «Nova História», embora num processo reactivo, com inerentes perigos. A sua reprodução ideológica pode provocar, em certo sentido, um novo «saber escolástico», feito de esteriótipos, que — ao contrário do que ela cientificamente pretende — afaste a História da *realidade* e, sobretudo, da *realidade nacional* e da *realidade regional e local*. Com efeito, a nova tendência «estruturalista» da História pode levá-la a apartar-se do concreto, dos acontecimentos e dos indivíduos, criando, assim, a noção de que não dá a conhecer realidades que fazem parte do nosso património nacional. «Eles já não sabem quem era Joana d'Arc...» — era o que se afirmava no princípio desta década, em França, quando se começaram a discutir os efeitos da «História Nova» no ensino <sup>(13)</sup>. E os nossos alunos saberão o que foi Aljubarrota? — perguntará a nossa consciência histórica nacional. Assim, por reacção a esta pretensa falta de «memória histórica» e ao francesismo historiográfico que é tido em parte, como responsável dessa situação, surge o desejo de voltar a uma história mais tradicional, mais linear, mais cronológica, mais «política», mais individualizada. De resto, esta situação não é inédita. Ela foi experimentada no princípio do século mesmo durante a República, e não só assumida por tradicionalistas puros, mas também por republicanos de arraigada consciência nacional. Jaime Cortesão, integrado no movimento da Renascença Portuguesa, num artigo sobre o ensino da «História Pátria», publicado em 1912, insurgia-se também contra o galicismo desnacionalizado^ citando Teixeira de Pascoaes: «O alto clero sempre fiel a Roma, os altos políticos sempre fiéis a Paris, têm sido obreiros da nossa desnacionalização, os inimigos do nosso espírito e, por isso, da nossa indepen-

(13) Of., R. Girault, *ob. cit.*, p. 11.

dência» (14). É, pois, natural também que, depois de um surto de ideologia marxista que se verificou após Abril de 74, agora, no contexto de uma ideologia «europeizante» que, no bom e no mau sentido, nos tem ultimamente influenciado, e devido à programação do ensino da História marcada pela matriz da «História Nova», se verifique o desejo de reencontrar, pela história, a nossa «identidade nacional». Será por isso que se verifica presentemente um novo surto de «Histórias de Portugal», embora de orientação diversa: de Veríssimo Serrão (a partir de 1977), de José Hermano Saraiva (em 1983) e presentemente de Oliveira Marques e Joel Serrão? Não será esse «nacionalismo» que explica, em grande parte, uma série de programas que nos últimos anos têm aparecido no nosso espaço televisivo: «O tempo e a alma» e «As histórias de cidades» de Hermano Saraiva, que, em sentido positivo e negativo, tem assumido um papel de primeiro plano na divulgação da história nacional, e «Portugal sem fim»? Não será ele que, em boa medida, explica a importância nacional que foi conferida à XVI 1.<sup>a</sup> Exposição de Arte, Ciência e Cultura e o significado que se pretende imprimir agora aos Centenários das Descobertas? Não será também ele que justifica certos discursos de partidos políticos e de personalidades da vida nacional, mesmo algumas dificilmente contactáveis com a «direita», que se insurgem contra a desnacionalização do nosso ensino ou utilizam a história como meio de defesa de certos valores nacionais? E não será esse «nacionalismo» — agora na sua via mais conservadora — que explica o aparecimento de livros de divulgação de uma «história pátria» ou de manuais escolares de tipo mais tradicional, como se tratasse, para parafrasear o título da peça de Dürrenmatt, do regresso da «Velha Senhora»? Se não, veja-se o conteúdo de *A minha primeira História de Portugal*, de António Manuel Couto Viana (15), ou de uma *História Cronológica de Portugal* há pouco publicada que, quebrando o quase silêncio (criticável) dos programas oficiais relativamente à História no «ensino primário» e assumindo-se como uma «introdução ao ciclo preparatório», representa o regresso a uma concepção «cronológica», mística e literária da História (16), que me faz

(14) «A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria», *A Águia*, vol. 1, n.º 9, Porto, 1912.

(15) *A minha primeira História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1984.

(16) C. Figueiredo Lapes, *História Cronológica de Portugal*, Porto, Porto Editora, 1986. Percorrendo as páginas deste manual facilmente nos apercebemos do sentido que se pretende dar ao ensino da

### *História... Que História?*

recordar, em certos aspectos, o velho manual de Tomás de Barros da minha infância.

Coloquemos um ponto final a este argumento e desdramatizemos o nosso discurso: não penso que a reacção (lógica) ao modo de entender a História nos volte a conduzir a uma concepção nacionalista, literária e «positivista» de a conceber, embora esse risco subsista com pequeno significado. O que julgo, todavia, é que se pode cair no vício — esse efectivamente real — de, para atacar os defeitos resultantes da reprodução ideológica da «História Nova», esquecermos as qualidades científicas do movimento de renovação historiográfica deste século. E, para respondermos objectivamente à questão colocada inicialmente: estou certo que os colóquios de História Local e Regional presentemente em voga nada têm que ver com o regresso a uma concepção tradicionalista de História, embora creia que, de modo inconsciente talvez, eles tenham sido pensados não só devido ao sentido dinâmico hoje conferido à História mas também como reencontro com a realidade nacional, regional e local, como reacção a um conhecimento abstracto e, em certos casos, esteriotipado e «desnacionalizador», que pode caracterizar, por vício, a nossa consciência histórica.

3. Perguntarei agora: esta leitura — discutível, naturalmente — poderá ajudar-nos a reflectir sobre a História Local e Regional?

A História Local e Regional é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa, porque não há história geral sem história local. Desde, pelo menos, os estudos de Damião de Góis sobre Lisboa e de André de Resende sobre Évora se pode falar de história local em Portugal, mesmo que se diga que esses estudos não tinham na consciência do tempo um sentido propriamente histórico. Será, porém, com a Academia Real da História, no século XVIII, que surge

História. Basta para tal ler os poemas que são apostos, em epígrafe, nas páginas referentes à fase «triumfal» da história portuguesa e não sintomaticamente na fase da «decadência», do liberalismo, etc. e basta ler a página introdutória «Meu Portugal»: «Era uma vez... um condado muito pequenino —o *Condado Portucalense*. Graças à indomável coragem de um punhado de homens foi crescendo e formou-se *Portugal* que fixou as suas raízes no Ocidente da Europa. Nação pequena nos contornos geográficos, mas grande, muito grande no arrojo e na Fé dos seus habitantes que, em frágeis caravelas, sulcaram os mares 'nunca dantes navegados' e deram 'novos mundos ao mundo'. Os Portugueses que foram criando nações, misturando raças e missionado pelo Espírito» (p. 7).



verdadeiramente o interesse de um levantamento geral da realidade histórica nacional, que englobava o conhecimento da história local. É assim que aparece a intenção de realizar um «Systema da História Ecclesiastica e Secular de Portugal que há-de escrever a Academia Real da Historia Portugueza». Depois cabe à Academia das Ciências desenvolver estudos de história local, lançando inclusivamente as bases de novas áreas de análise, como é a demografia.

Mas é com o movimento de formação da «história moderna» do século XIX, conjuntamente com uma acção de planificação administrativa, que se inicia verdadeiramente o interesse sistemático pela história local e regional. Apenas para referir alguns marcos, recordemos que data de 8 de Novembro de 1847 a portaria que recomendava às câmaras municipais que organizassem os seus Anais, embora só algumas levassem para a frente esse projecto. Entretanto, acompanhando a dinamização conferida à História por Herculano — que, no seu afã de descobrir documentos, espalhados pelo país, bem se pode creditar também como um historiador de História Local e Regional — constituem-se levantamentos bibliográficos (Figanière e Brito Aranha) <sup>(17)</sup>, surgem dicionários de especialidade (de Pinho Leal e de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues) <sup>(18)</sup> e escrevem-se inúmeros artigos sobre a matéria. Basta para o provar passar os olhos pelo *Arqueólogo Português* ou pelo *Arquivo Histórico Português*. As recolhas de José Leite de Vasconcelos, o fundador do Museu Etnográfico Português, os programas de levantamento das realidades locais por Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra no fim do século passado, provam como se desenvolvia o interesse sistemático pela História Regional e Local <sup>(19)</sup>.

E esse interesse prolongava-se pelo século presente. Paulo Merêa alargava o programa de Frederico Laranjo e o

<sup>(17)</sup> Cfr. Jorge César Figanière, *Bibliographia Historica Portugueza*, Lisboa, 1856, e Inocêncio e Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Português*, t. XVII, p. 345 e ss. Brito Aranha, entre outras obras de história local, publicou para a Exposição Universal de Paris a obra *Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l'étude des villes, des villages, des institutions, des moeurs et coutumes, etc. du Portugal, Açores, Madère et possessions d'outremer*, Lisbonne, 1900.

<sup>(18)</sup> Respectivamente *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-1890, e *Portugal. Diccionario choro graphico, heráldico, biographico, biblio graphie o, numismático e artístico*, Lisboa, 1904-1915.

<sup>(19)</sup> Vide P.M. Laranjo Coelho. *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935, p. 53 e ss.

### *História... Que História?*

erudito Possidónio Laranjo Coelho, numa comunicação apresentada em 1925, em Coimbra, no Congresso da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências, depois publicada na revista *O Instituto*, falava das «Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral portuguesa» (20), tema que foi depois objecto de conferências proferidas na Academia das Ciências (21). Poderíamos depois citar um sem número de estudiosos que se dedicaram à História Regional e Local até aos nossos dias, e de um conjunto ainda assim numeroso de revistas dedicadas à realidade regional — apenas para nos referirmos às Beiras recordemos as publicações *Arquivo Coimbrão*, *Distrito de Aveiro*, *Beira Alta* e *Revista Altitude*. E devemos ainda salientar que a Academia Portuguesa de História tem até certo ponto procurado retomar o papel dinamizador da História Local e Regional, prosseguindo assim a acção desempenhada pelas academias (22)

Mas também poderá dizer-se que a História Local e Regional interessou os pedagogos preocupados com as reformas de ensino, se bem que a temática não tenha vindo a ocupar nos programas mais do que um simples lugar secundário. Com efeito, desde pelo menos 1915 que tal se verifica, pois data desse ano a proposta de alteração dos programas do Ensino Secundário apresentada por Fidelino de Figueiredo, por incumbência do Ministro da Instrução, que conferia um lugar próprio à História Local na 6.<sup>a</sup> e na 7.<sup>a</sup> classes do curso de «Letras» (23). Por sua vez, as Faculdades de Letras, através dos seus estudos arqueológicos e de história de arte realizados «no local» e através das suas dissertações de licenciatura, acabaram por imprimir algum prestígio a essa área. Nesse aspecto, não é imodesto referir aqui especialmente, sem desprimor para as outras faculdades congéneres (nomeadamente para a do Porto), o papel desempenhado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Devido sem dúvida ao seu pendor «regionalista», que constituiu, positiva e negativamente, um dos seus vectores, dedicou particular

(20) Vide *O Instituto*, vol. 73, n.º 3, Coimbra, 1926, pp. 285-303.

(21) Trata-se da obra *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, já citada.

(22) *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975. Destaque-se sobretudo a comunicação de António Machado de Faria, «Consideração acerca da história local relativamente à do país», pp. 1-7.

(23) Cfr. «Programa de História no ensino secundário», in *Revista de História*, vol. IV (ano IV), 1915, Janeiro-Março, p. 37 e ss.

atenção a essa temática, de tal forma que cerca de um quarto das referidas dissertações são monografias de tipo regional e local. E, se algumas se inserem no âmbito de uma história tradicional, pode dizer-se que, depois dos anos 60, elas assumem uma perspectiva «nova», mercê do papel conferido por António de Oliveira aos estudos demográficos e das novas metodologias de investigação arqueológica postas em prática por Jorge Alarcão (24). E na continuação deste esforço, surgem as primeiras teses de doutoramento sobre temática regional — de António de Oliveira, de Jorge Alarcão, de João Lourenço Roque, de Pedro Dias, de Maria Helena Coelho, de José Maria Amado Mendes, estando outras em vias de realização (25).

Portanto, com raízes diversas e até ao presente — assumindo metodologias antigas e novas — tem-se desenvolvido em Portugal uma certa intenção de valorização da História Local e Regional, sem a qual, podemos dizê-lo, não é possível desenvolver a História Geral. Assim, poderemos detectar não só estudos de história «positivista», como estudos de história literária e «regionalista» ou «nacionalista» sem grande interesse, como começamos a encontrar — de resto desenvolvendo um filão que se detecta desde os fins do século passado — estudos de «história nova», que analisam «novos» problemas. O regime de propriedade, as classes populares (seu modo de vida, os seus dramas, as suas revoltas ou as manifestações das suas crenças), as questões da arqueologia industrial, o estudo das culturas, mentalidades e instituições locais... — são alguns dos «novos» temas que têm sido objecto de análises recentes.

Importa agora voltar à pergunta inicial com que titulei estas reflexões: História... Que História?

(24) Deve-se a Jorge Alarcão, que foi vereador do pelouro da Cultura na Câmara Municipal de Coimbra, entre outros artigos e comunicações sobre o tema, um importante estudo introdutório à história do património local, *Introdução ao estudo da história e património locais*, Coimbra. Instituto de História da Arte, 1982.

(25) A. Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 1971-72; J. Alarcão, *Cerâmica comum local e regional de Coimbriga*, 1974; J. L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbru no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, 1982; P. Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, 1982; M. Helena Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 1983; e J. M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, 1984.

### *História... Que História?*

Num processo questionador, fomos referindo *grosso modo* três «paradigmas historiográficos»: uma via «metódica» (ou «positivista»), uma via «literária» e «nacionalista» e uma via de «história total», «social», a que se convencionou chamar «História Nova». Esta linha de desenvolvimento historiográfico, concedendo à história uma perspectiva «vital» e «activa» — e desembaraçando-se do «antiquarismo» da história tradicional —, chamando a atenção para o quotidiano e abrindo-se para novas fontes, entre elas os testemunhos orais, talvez tenha sido responsável pelo reavivar do interesse pela História Local e Regional. Importa, pois, não perder esse dinamismo; mas é fundamental também não esquecer — encarando com a relatividade necessária a luta da «História Nova» — o real contributo da «escola metódica» para tornar rigoroso o método de análise dos documentos, e assim o conhecimento histórico, e para transformar o historiador num profissional. E é também essencial não deixar penetrar na História uma nova ou velha retórica literária que, à sombra de valores ético-políticos, como o nacionalismo, ou de valores culturais (a «divulgação»), transforme a História numa «arte» e a afaste da «ciência» (embora se possa encarar a História como uma ciência *sui generis*). Este é um perigo em que se pode cair quando se reage contra a «História Nova» em defesa dos valores nacionais ou quando a «História Nova» evolui para a terceira geração e parece não acreditar na «cientificidade», com argumentos muito sugestivos mas que não podem ser lidos sem sentido crítico.

Acima de tudo, temos de colher do movimento renovador da História, ao qual chamamos por comodidade conceptual de «Nova História» — que tem sem dúvida uma marca francesa, mas que também se verificou em Portugal, onde a sua história está por fazer — a sua nova perspectiva metodológica e a sua concepção «social». Ela poderá revolucionar tanto o campo da história económica e social, como da história cultural ou da história política, da história individual (ou prosopográfica) ou dos acontecimentos. O alargamento dos temas de estudo, dos aparelhos conceptuais, das estratégias metodológicas, da utilização de instrumentos de análise, não pode dar-nos a sensação que o «novo mundo epistemológico» descoberto deve subalternizar o «velho mundo» das análises historiográficas, nem deve — e isso seria contraditório com os próprios objectivos da «Nova História» — afastar-nos da preocupação do rigor. O uso de novas fontes ou a utilização mais dilatada de outras — como a fonte oral, por exemplo —, de novos instrumentos — como

o computador —, de conceitos e métodos de análise extraídos de outras áreas científicas (como a Economia, a Sociologia, a Politologia, a Antropologia ou a Linguística) a nova visão do documento e da capacidade interpretativa do historiador só servem para alargar o seu campo de análise, e para enriquecer, mormente no plano do rigor, o seu trabalho de construção do conhecimento histórico.

Partindo desta base, como organizar ou reorganizar a História Local e Regional? Digamos, antes de mais, que isso passa por uma nova dimensionação do ensino, a todos os níveis, pelo empenhamento das instituições de educação e cultura, autárquicas e estatais, e até empresariais, pela criação de estruturas para recolha e tratamento científico das fontes, bem como... pela própria valorização cultural, a nível nacional, da História Local e Regional.

Procurarei sistematizar algumas ideias-força que me parecem fundamentais:

1. ° Importa, em primeiro lugar, que os programas do ensino básico e secundário não; se limitem a vagas considerações sobre a necessidade da integração dos alunos no espaço em que vivem, mas que sensibilizem os professores e os estudantes para o conhecimento da sua realidade local e regional e que criem condições práticas para que o contacto com tal realidade seja possível e, por assim dizer, imperativo.

2. ° É necessário que as Universidades e os Institutos Politécnicos, e as suas Escolas Superiores de Educação, tendo em conta os seus objectivos diferentes evidentemente, confirmem uma preparação cada vez mais profunda e adequada a uma prática de pesquisa e que não enveredem por uma via «pan-pedagoga» teórica, sem com isto procurar desvalorizar as ciências pedagógicas, que deverão ter o seu lugar próprio no âmbito do ensino. E essa preparação — que pode e deve supor cadeiras ou cursos específicos de História Local e Regional — não deve apenas ser realizada ao nível do bacharelato ou da licenciatura, mas também em pós-graduação (através de mestrados e cursos especializados) e em sistema de formação contínua.

3. ° Os Institutos Politécnicos, que estão a organizar um pouco por todo o lado estes Colóquios de História Local e Regional, parece terem encontrado — pela sua forte implantação nas regiões — uma das suas áreas vocacionais. Será importante, por isso, que estabeleçam uma rede de ligações com as Universidades, as escolas básicas e secundárias, as autarquias e as empresas e que interessem nesta realização os organismos centrais de dinamização cultural. Inclusiva-

### *História... Que História?*

mente parece-me que seria do maior interesse a criação de Centros de História Local e Regional que levassem a efeito linhas de pesquisa sistemática, pois hoje a História já não pode viver só de simples trabalhos individuais e de amplitude parcelar.

4.º Gostaria de afirmar ■— embora isso possa parecer polémico — que mais do que «fazer» História Local e Regional é prioritário hoje a recolha e, se possível, a publicação e/ou catalogação criteriosa das fontes, por processos científicos. A História é uma ciência complexa e o historiador não se improvisa — esta foi, de resto, no seu aspecto restritivo, é certo, uma das lições da «escola metódica», infelizmente nem sempre ouvida. Não quero subestimar, de modo algum, o papel dos eruditos regionais e locais, que têm dado um contributo significativo; o que entendo sim é que o seu trabalho seria mais profícuo em termos científicos se tivessem menos a preocupação de «fazer História» do que, através de processos técnicos adequados — pelo que seria necessário uma formação e um acompanhamento próprio —, dessem a conhecer, com introduções orientadoras, os documentos que encontrassem. Assim a recolha documental poderia ser em certos casos definitiva, não sendo necessário voltar constantemente atrás, como é timbre de um estudo histórico mal organizado.

Recordo aqui as significativas palavras de Magalhães Godinho, que são um duplo desafio, ao trabalho rigoroso e à inteligência:

«Em meu entender a História deve assentar predominantemente em fontes publicadas, e o ideal seria que nelas assentasse exclusivamente, para que todos pudessem verificar as interpretações (o carácter universal da verificabilidade é imprescindível em ciência). O trabalho do historiador não termina com a leitura e transcrição da fonte, começa então (o que de modo algum significa que o trabalho de ler e transcrever seja menos meritório); é curioso que entre nós se aprecie altamente aquele que encontra um documento novo ou o publica pela primeira vez, e não se liga importância àquele que encontrou alguma coisa de novo num documento conhecido, que o utiliza como nunca foi utilizado anteriormente, que o interpreta de maneira que ninguém tinha vislumbrado: prova de que se ignora, afinal, em que consiste a História» (26).

No seu estilo sugestivo e polémico, Magalhães Godinho apontava para os dois níveis do conhecimento histórico: o da busca do documento, seu tratamento técnico e sua pu-

(26) *Ensaio*, vol. II, pp. 92-93.

blicação, e o da interpretação, que constitui propriamente o nível da História. Creio que numa estrutura organizada de História Local e Regional é, pois, como atrás dizia, prioritária a primeira fase, sob pena de se fazer uma história sem rigor e sem inteligência.

5.º Finalmente, direi que se torna imprescindível valorizar científica e culturalmente a História Local e Regional. Esta minha afirmação tem vários sentidos e supõe um esforço orientado em várias direcções.

Na verdade, penso que em Portugal — onde a História se ressentia de uma travagem de desenvolvimento e de debate que durou cerca de quarenta anos — se deu repentinamente um valor exagerado às grandes sínteses, sem ter na devida conta a existência de análises parciais. Sobretudo tem-se concedido demasiada importância a «histórias literárias e pitorescas», gerais mas de incidência local, sem se procurar sim valorizar um trabalho lento e difícil, elaborado em bases científicas e em contacto directo e prolongado com as realidades. A História Local e Regional tem de ser entendida como fundamental para a (re) elaboração da História Geral e não pode mais ser concebida como um puro «provincianismo historiográfico», relegado para edições de segunda ordem, para o canto das publicações de interesse menor. Mas para isso tem de haver um esforço local e regional que tome credível o seu trabalho em termos científicos. De resto, é importante ter em conta que a História Local e Regional deve ser considerada como elemento dinamizador ao serviço das regiões e das instituições de ensino e de cultura ali implantadas. Por isso mesmo é necessário interessar nela amplas camadas sociais que poderão, a vários níveis, desempenhar um papel significativo nos levantamentos históricos que urge sistematicamente realizar. É que — não esqueçamos — a História Local e Regional deve ter hoje uma consciência muito larga da sua temática e das fontes a dominar. Ela não se restringe à busca e selecção de monumentos e sinais arqueológicos clássicos ou à catalogação urgente dos arquivos, bibliotecas e museus existentes ou em fase de organização — o que já por si é amplamente dinamizador — ou à recordação e reflexão sobre determinados acontecimentos marcantes de uma região ou de um local — como o foral de Lalim, concedido por D. Manuel em 8 de Julho de 1514, facto que serviu de pretexto ao início deste Colóquio em Lamego. Importa, por exemplo, fazer o levantamento sistemático de pedras de armas e de casas senhoriais da região, bem como dos mosteiros e conventos ou dos sinais reveladores da presença de

### *História... Que História?*

certas instituições como é o caso da Universidade de Coimbra que tem os seus marcos espalhados pela zona beirã, pois só assim se poderá ter um conhecimento correcto e real do domínio da propriedade. É fundamental detectar notícias de movimentações populares de variado tipo, que poderão estar patentes não só em documentos escritos mas até em tradições orais. A recolha de costumes, tradições, crenças populares, orações domésticas, etc., pode ser reveladora de certas realidades sociais, como se verifica, por exemplo, em algumas zonas do país, quanto ao fenómeno do criptojudaísmo. A detecção de velhas vias de comunicação, de restos de «indústrias» desaparecidas, de meios de transporte em desuso ou quase em desuso, poderão enriquecer as investigações que hoje dão em Portugal os primeiros passos no campo da arqueologia industrial. A outro nível, é da maior relevância a catalogação e estudo temático e da ideologia dos jornais locais e regionais, mesmo aqueles de pequena expressão editorial, como das pequenas bibliotecas de instituições públicas e privadas, pois através delas se pode conhecer os interesses culturais e ideológicos dos seus proprietários e, assim, das camadas sociais que eles representam. O recente e antigo movimento migratório e as alterações sociais e urbanas provocadas é outra área do maior significado a explorar, como o é o estudo global da transformação das cidades, vilas e aldeias, para que é importante, por exemplo, a fotografia e o bilhete postal.

Foram apenas alguns exemplos que quis apresentar. Muitos outros, como é óbvio, poderiam ter sido referidos. Gostaria, porém, de frisar que este trabalho se torna verdadeiramente eficaz desde que suponha uma organização adequada. Este é um repto que lanço às entidades organizadoras dos referidos colóquios de História Local e Regional e de outros que eventualmente se venham a organizar. Se eles não funcionarem como ponto de partida para empresas mais ambiciosas terá valido a pena a sua efectivação?

4. Termino com um exemplo concreto de um projecto de História Local e Regional que tive a felicidade de apreciar, embora de forma um pouco incompleta. A sua realização no espaço brasileiro, apesar de tudo bem diferente do português, não me parece neste caso limitativa do seu valor exemplar.

Trata-se do «projecto Canudos», que está a ser levado a efeito pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha e pela Universidade do Estado da Bahia, uma pequena Universidade do Nordeste brasileiro que — julgo não estar a fazer uma comparação incorrecta — não difere muito de um dos nossos



Institutos Politécnicos, devido à sua vocação especializada para cursos técnicos e de formação na área educacional. Para compreender o sentido do referido projecto importa dar uma breve explicação histórica acerca do significado de Canudos (27)- No sertão baiano e sediado na região de Canudos formou-se, após a implantação da República (1889), um movimento de carácter essencialmente popular que contestava as intenções ou as pretensas intenções do governo republicano. Intimamente ligado à pobreza e à violência sertaneja, tratava-se de um movimento comunitário, e até de comunismo primitivo, com muitas contradições, que defendia a pobreza, repartia os bens existentes, assentava numa profunda mística popular e atacava, de forma ingénua e inconsciente, a acção fiscal da jovem república, bem como o seu arreigado sentido de planificação pública e de propriedade. A República era para a comunidade de Canudos o Anti-Cristo que — numa verdadeira «reposição», nos finais do século XIX (que não é o século XIX europeu), do milenarismo sebastianista, característico em Portugal dos movimentos populares dos séculos XVI e XVII — seria derrotado por um D. Sebastião, surgindo então um tempo de paz e de riqueza. Preocupado em restaurar e edificar igrejas e em pregar uma religião comunitária e apocalíptica, o «santo» deste movimento, António Conselheiro, atacou as estruturas do Estado laico, ao defender a ocupação das propriedades abandonadas e ao aprovar a decisão de a comunidade não pagar impostos e não aceitar outras medidas administrativas, ao mesmo tempo que se opunha, pela sua acção religiosa, à hierarquia da Igreja. Daí que se realizassem, por acção do poder central, quatro expedições militares, só a última das quais, com milhares de soldados comandados por um general, logrou destruir a comunidade de Canudos.

A «história oficial» da guerra de Canudos está feita e os monumentos edificados depois da última expedição são dedicados «Aos heróis de Canudos», isto é, aos militares que se bateram pela «ordem» e pelo «progresso». Neste momento, porém, a Universidade do Estado da Bahia procura realizar «outra história». Contada já de outro modo por Euclides da Cunha, numa obra de perspectiva sociológica (*Os Sertões*, 1902), e recentemente no grande romance de Mario

(27) Pode ler-se na revista *História* um artigo de divulgação da história do movimento de Canudos, da autoria de Teresa Mesquitela: «A guerra nos sertões de Canudos», *revista cit.*, n.º 31, Lisboa, Maio de 1981, p. 30 e ss.

### *História... Que História?*

Vargas Llosa (*Guerra del fin del mundo*, 1981), deseja-se agora, com o necessário rigor científico, conhecer em todos os detalhes a vida da comunidade de Canudos, com os seus dramas e as suas crenças, e o sentido das oposições que corporizou e que provocou. Por isso está a realizar-se o levantamento sistemático de toda a documentação de Canudos, pesquisando-se os arquivos do Estado, do Exército e da Igreja, procurando manuscritos que registem testemunhos populares ou prováveis sermões de António Conselheiro e detectando vestígios arqueológicos. Mas, mais do que isso, a Universidade do Estado da Bahia e o Centro de Estudos Euclides da Cunha, procuram criar um vasto plano de estudo e de desenvolvimento da região — em sentido histórico, sociológico, antropológico, educacional, médico, tecnológico, etc.

Creio que o «projecto Canudos» é um bom exemplo a ter em conta... A História surge, assim, como uma ciência eminentemente social, numa perspectiva de Passado e de Presente.